

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC-Zona Leste**

CNPJ nº 61.699.567/0015-98  
**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte acionados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **CEAC Zona Leste - Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste**, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

**CEAC Zona Leste - Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste**, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balancos Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2014	2013
<b>ATIVO</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>29.228.524,05</b>	<b>6.060.758,40</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.184.829,22</b>	<b>1.594.171,59</b>
Bancos conta movimento (nota 4.1)	66.829,51	55.233,93
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	2.117.999,71	1.538.937,66
<b>Contas a Receber (nota 4.3)</b>	<b>26.010.554,43</b>	<b>3.382.773,38</b>
Valores a Receber - Secretaria Saúde do Estado de São Paulo (nota 4.3.1)	23.865.021,40	1.863.971,87
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 4.3.2)	2.145.533,03	1.518.801,51
<b>Outros Créditos</b>	<b>113.262,84</b>	<b>175.220,00</b>
Adiantamentos a fornecedores (nota 4.4.1)	48.864,95	97.311,16
Antecipações salariais	344,67	809,45
Antecipação de férias (nota 4.4.2)	63.058,59	76.812,16
Outros créditos e adiantamentos	994,63	287,23
Depósito Judicial	0,00	0,00
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>9.203,10</b>	<b>10.204,25</b>
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 4.5)	9.203,10	10.204,25
<b>Estoques (nota 4.6)</b>	<b>910.674,46</b>	<b>898.389,18</b>
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 4.6)	910.674,46	898.389,18
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>27.837.151,05</b>	<b>833.599,89</b>
<b>Valores a Receber (nota 4.7)</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
Valores a Receber - Contrato/Convênio (nota 4.7)	27.000.000,00	0,00
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>837.151,05</b>	<b>833.599,89</b>
<b>Bens de Terceiros (nota 4.7.1)</b>	<b>837.151,05</b>	<b>833.599,89</b>
Bens de Terceiros (nota 4.7.1)	1.470.894,34	1.331.872,11
Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros (nota 4.7.1)	(633.743,29)	(498.272,22)
<b>Total do Ativo</b>	<b>57.065.675,10</b>	<b>6.894.358,29</b>
<b>Contas de Compensação (Nota 4.22)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.331.872,11</b>
<b>Operações com Bens/ Mercadorias-Terceiros (nota 4.22)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.331.872,11</b>
Medicamentos de Terceiros	0,00	0,00
Bens de Terceiros (nota 4.22)	0,00	1.331.872,11
<b>Total das Compensações Ativas</b>	<b>0,00</b>	<b>1.331.872,11</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em Reais							
Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
<b>Saldo 31/12/2012</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência para Resultado Acumulado					0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação				0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Ajuste de Avaliação Patrimonial			0,00				0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	0,00
<b>Saldo 31/12/2013</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores			0,00				0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial						0,00	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	0,00
<b>Saldo 31/12/2014 (Nota 7)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 - Valores em Reais**

**1 - Contexto Operacional:** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretrix primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde; Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características da Unidade Gerenciada:** A gestão do **CEAC Zona Leste - Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste**, de agora em diante identificada pela sigla **Ceac Leste**, unidade gerenciada pela **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** teve início em 02 Abril de 2007 por meio de parceria com a Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo. O atual contrato de gestão, nº 001.0500.000.018/2012, foi firmado em 09 de abril de 2012 e com vigência até 09.04.2.017, no valor global de R\$ 108.000.000,00. Em 2014 foi aditado ao presente Contrato de Gestão o orçamento estimativo de R\$ 27.180.256,80 para os meses de Janeiro a Dezembro, com parcelas mensais de R\$ 2.265.021,40, através do Termo Aditivo 01/2014. A unidade tem por objeto a realização de exames laboratoriais à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde, com qualidade, presteza e excelência procurando atingir e superar as suas expectativas. Garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados e das informações relativas aos usuários. A missão de nossa Instituição é prestar serviços de Análises Clínicas e Anatomia Patológica com alto padrão de qualidade, segurança e confiabilidade, contribuindo para uma saúde pública digna, com responsabilidade sócio-ambiental. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2.1 - Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e

Demonstração de Resultado dos Períodos - Valores em Reais		
Receitas Operacionais com Restrições	2014	2013
<b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições</b>	<b>26.247.698,98</b>	<b>24.773.930,80</b>
Secretaria de Saúde do Estado (nota 5.1)	26.247.398,98	24.773.930,80
Outras Receitas	300,00	0,00
<b>(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições</b>	<b>26.247.698,98</b>	<b>24.773.930,80</b>
<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>	<b>3.810.260,28</b>	<b>3.552.727,39</b>
Outras Receitas	0,00	0,00
Descontos Recebidos	4.892,79	4.150,45
Financeiras	213.900,13	116.490,85
Doações Recebidas (nota 5.3)	1.168,50	0,00
Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 10.1)	2.802.867,89	2.686.121,04
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros	0,00	0,00
Isenção usufruída - COFINS (nota 10.2)	787.430,97	743.217,93
Trabalho Voluntário (nota 11)	0,00	2.747,12
<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>30.057.959,26</b>	<b>28.326.658,19</b>
<b>(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (nota 5.2)</b>	<b>17.280.571,98</b>	<b>15.533.084,32</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	7.801.442,55	6.505.446,21
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	2.398.981,99	2.235.500,84
(-) Manutenção e Conservação	490.272,55	487.130,70
(-) Mercadorias	6.589.683,99	6.305.001,98
(-) Financeiras	0,00	4,59
(-) Tributos	190,90	0,00
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>	<b>12.777.387,28</b>	<b>12.793.573,87</b>
<b>(+) Despesas Operacionais com Restrições (nota 5.2)</b>	<b>9.187.088,42</b>	<b>9.361.487,78</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	4.171.503,99	4.954.229,90
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	4.587.733,79	3.852.436,68
(-) Manutenção e Conservação	45.896,88	49.147,25
(-) Mercadorias	245.163,39	380.491,33
(-) Financeiras	11.293,07	8.573,61
(-) Tributos	125.497,30	116.609,01
<b>(-) Outras Despesas com Restrições</b>	<b>3.590.298,86</b>	<b>3.432.086,09</b>
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 10.1)	2.802.867,89	2.686.121,04
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros	0,00	0,00
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 10.2)	787.430,97	743.217,93
(-) Trabalho Voluntário (nota 11)	0,00	2.747,12
<b>(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais		
Descrição	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais	0,00	0,00
Resultados do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(49.564.822,74)	(2.358.993,66)
(Aumento) Redução em estoques	(12.285,28)	283.451,61
Aumento (Redução) em fornecedores	46.661,18	(321.598,17)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	50.121.104,47	1.697.908,67
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	3.551,16	143.945,57
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	594.208,79	(555.285,98)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	(3.551,16)	(143.945,57)
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(3.551,16)	(143.945,57)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	590.657,63	(699.231,55)
No início do período	1.594.171,59	2.293.403,14
No final do período	2.184.829,22	1.594.171,59

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais		
Descrição	2014	2013
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>29.844.059,13</b>	<b>28.210.167,34</b>
1.1) Prestação de serviços	26.247.398,98	24.773.930,80
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores	6.361,29	4.150,45
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	3.590.298,86	3.432.086,09
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>13.565.021,84</b>	<b>12.468.538,57</b>
2.1) Matérias-primas consumidas	35.860,69	27.791,07
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	6.798.986,69	6.577.702,24
2.3) Serviço de terceiros e outros	6.730.174,46	5.783.045,26
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>16.279.037,29</b>	<b>15.741.628,77</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>16.279.037,29</b>	<b>15.741.628,77</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>213.900,13</b>	<b>116.490,85</b>
6.1) Receitas financeiras	213.900,13	116.490,85
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>16.492.937,42</b>	<b>15.858.119,62</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>16.492.937,42</b>	<b>15.858.119,62</b>
8.1) Pessoal e encargos	11.972.946,54	11.459.676,11
8.2) Impostos, taxas e contribuições	125.688,20	115.014,21
8.3) Juros	11.293,07	10.173,00
8.4) Aluguéis	792.710,75	841.170,21
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	3.590.298,86	3.432.086,09
8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00
nalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. <b>3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada. Razão Social - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Nome Fantasia - Centro Estadual de Análises Clínicas - Ceac-Zona Leste. Endereço - Rua Jequitinhonha, 444 - Belenzinho - São Paulo - SP CEP 03021-040. CNPJ - nº 61.699.567/0015-98. 3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000).</b> A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de ori-		

continua

**continuação** gem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Juridica", e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas à Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os recursos financeiros disponíveis para o CEAC LESTE são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2014 o montante de **R\$ 66.829,51**, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	31.12.2014-R\$	31.12.2013-R\$
Saldos em Bancos	66.829,51	55.233,93
Saldos Aplicações Financeiras	2.117.999,71	1.538.937,66
<b>Total</b>	<b>2.184.829,22</b>	<b>1.594.171,59</b>

**4.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não do CEAC LESTE, para melhor visualização segue quadro demonstrativo.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	31/12/2014
Banco do Brasil	CDB/BB REAPLIC	1,0444%	1.030.807,08
Bradesco	CDB/LETRAS	0,8558%	328,80
CDI Hiperfundado		2,9916%	95.943,11
CDB Fácil		0,5031%	990.920,72
<b>Total</b>			<b>2.117.999,71</b>

(\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de Caixa por permitirem que a qualquer momento, se possa estar resgatando o montante aplicado, sem perda dos juros transcorridos. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de assistências governamentais para que quando do reconhecimento no resultado não traga desequilíbrio demonstrativo da movimentação do imobilizado em 2014

Descrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa / Transferência	Posição em 31/12/2014
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>1.331.872,11</b>	<b>161.022,23</b>	<b>22.000,00</b>	<b>1.470.894,34</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.331.872,11</b>	<b>161.022,23</b>	<b>22.000,00</b>	<b>1.470.894,34</b>
Aparelho Equipamentos Utensílios Médico Odontológico Laboratórias	479.877,61	114.131,30	22.000,00	572.008,91
Equipamento Processamento de Dados	294.021,32	25.512,20	0,00	319.533,52
Mobiliário em Geral	420.629,75	3.157,50	0,00	423.787,25
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	64.666,85	14.237,83	0,00	78.904,68
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	7.086,55	0,00	0,00	7.086,55
Aparelhos e Utensílios Domésticos	63.940,03	3.983,40	0,00	67.923,43
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	1.650,00	0,00	0,00	1.650,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>1.331.872,11</b>	<b>161.022,23</b>	<b>22.000,00</b>	<b>1.470.894,34</b>
Descrição	Posição 31/12/2013	Ajuste do Exercício	Baixa/Transferência	Posição 31/12/2014
<b>Ajustes Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(498.272,22)</b>	<b>12.374,33</b>	<b>(147.845,40)</b>	<b>(633.743,29)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(498.272,22)</b>	<b>12.374,33</b>	<b>(147.845,40)</b>	<b>(633.743,29)</b>
Aparelho Equipamento Utensílio Médico Odontológico Laboratórias	(138.039,62)	12.283,33	(53.716,47)	(179.472,76)
Equipamento Processamento de Dados	(210.953,89)	91,00	(36.438,83)	(247.301,72)
Mobiliário em Geral	(115.705,72)	0,00	(42.329,51)	(158.035,23)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(18.300,09)	0,00	(7.654,12)	(25.954,21)
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(1.422,83)	0,00	(708,62)	(2.131,45)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(13.836,32)	0,00	(6.832,84)	(20.669,16)
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(13,75)	0,00	(165,01)	(178,76)
<b>Ajustes Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(498.272,22)</b>	<b>12.374,33</b>	<b>(147.845,40)</b>	<b>(633.743,29)</b>

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **4.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **4.9 - Serviço de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de serviços jurídicos, serviços de arquivos, publicações e manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, e outros. **4.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **4.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 20 do mês subsequente dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **4.12 - Provisões Trabalhistas:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	972.085,99	953.135,44
Provisão de FGTS sobre Férias	77.766,88	76.250,84

**4.13 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. (Vide Nota 4.3.2) **4.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **4.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL.

Passivo Contingência - 2014	Trabalhista	Cível	Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
0,00	322.500,09	0,00	100.000,00	0,00	0,00

brios entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1 - Valores a receber:** Os valores registrados nesta conta representam a valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.018/2012, proveniente da parceria com a Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo. **4.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2014
Aviso Prévio indenizado	R\$ 1.025.464,38
Multa 50% FGTS	R\$ 1.120.068,65
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.145.533,03</b>

**4.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **4.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, cujo o saldo desta conta em 31.12.2014 é de R\$ 48.864,95. **4.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 dias antes do início do respectivo período. **4.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmio de seguro de imóvel. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **4.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2014 é de **R\$ 910.674,46**. **Tipo**

	31.12.2014-R\$	31.12.2013-R\$
Materiais utilizados no setor de Nutrição	1.565,09	2.068,65
Materiais utilizados no setor de Farmácia	4.960,65	4.591,62
Materiais de Almoarifado	888.357,36	891.676,91
Materiais de Terceiros	15.791,36	52,00
<b>Total</b>	<b>910.674,46</b>	<b>898.389,18</b>

Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **4.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Em 2014, a instituição reconheceu a necessidade de registrar seu contrato/convênio com a SES em período integral (5) anos, gerando contas a receber de longo prazo. Dessa forma, a instituição entende que de acordo com a Resolução 1.151/09, tal apropriação no ativo não circulante teria como contrapartida um passivo não circulante, que deverá se realizar até o final do contrato. A contrapartida em conta de resultado (receita) ocorre somente no momento da realização dos custos e despesas inerente ao contrato relacionado. Portanto, a apropriação de valores a receber (de longo prazo) no montante de R\$ 27.000.000,00 não contempla os critérios de Ajuste a Valor Presente. **4.7.1 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAC LESTE é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessação de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2014 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 45.684,71 e em 2013 foi de R\$ 32.416,36.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
INSS	38,01	880,00
ISS	2.391,83	160,24
IRRF	4.635,69	3.364,37
CSLL/PIS/COFINS	38.619,18	28.011,75

**4.16 - Emprestimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2014 foi de R\$ 10.163,56. **4.17 - Contingências Passivas (Trabalhista/Cível/Tributária):** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2014 era tida como "provável", foi constituída a provisão na conta de passivo na rubrica Provisão Despesas Processos Cíveis. Não houve, no exercício de 2014, execuções cíveis cuja probabilidade de perda era tida como "provável". Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2014, a CEAC LESTE acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Não houve probabilidade de perda tida como "provável". Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a **R\$ 322.500,09**. Não houve, no exercício de 2014, execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável". Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a **R\$252.561,36**.

**4.18 - Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **4.19 - Convênios / Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002) a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contato de gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim, até o final do contrato de gestão. **4.20 - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAC LESTE é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessação de uso. (Vide Nota 4.7.1) **4.21 - Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **4.22 - Contas de Compensação:** Em 2014 foi realizada a transferência dos saldos mantidos nas contas de compensação tanto Ativo quanto Passivo dos quais os respectivos saldos eram de R\$ 1.331.872,11 pertinentes aos saldos de Bens de Terceiros. Desta forma a administração julgou não ser necessário mantê-las, uma vez que as mesmas já estão identificadas no grupo de Bens de Terceiros, por esta razão em 2014 se procedeu com a transferência dos saldos para contas do Ativo Imobilizado (Bens de Terceiros). **5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores aplicados diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Em 2014 o montante aplicado pela unidade gerenciada foi de R\$26.247.398,98. **5.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **5.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um total de **R\$ 1.168,50**. **5.4 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **6 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme Contratos 001/0500/000-018/2012: TA 01/2014 - TA 02/2014 - no valor de R\$ 26.581.856,20. **7 - Resultado do Exercício:** O Resultado do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial ao item 15: valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. A instituição apurou em 2014 recursos no montante de R\$ 26.802.117,62 e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 26.467.660,40, considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 334.457,22, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convênio. **8 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O CEAC Zona Leste, apresentou a seguinte produção em 2014:

Tipo de Atendimento	Total
SADT Externo (exames realizados)	5.636.580

  

9 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão	Contratado 2014	Realizado 2014
Internação	0	0
Hospital-Dia	0	0
Ambulatório	0	0
Urgência/Emergência	0	0
SADT Externo	5.744.376	5.636.580
<b>Total =====</b>	<b>5.744.376</b>	<b>5.636.580</b>
<b>Resultado Contábil</b>	<b>Receitas 2014</b>	<b>Despesas 2014</b>
	<b>30.057.959,26</b>	<b>30.057.959,26</b>

**10 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22.06.2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 2.802.867,89. Em 2013, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.686.121,04. **10.2-Isenção da Contribuição**

**continua**

**continuação** **ção para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 foi de R\$ 787.430,97. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2013, esse montante foi de R\$ 743.217,93. **11 - TRABALHO VOLUNTÁRIO:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Em 2014, a entidade entendeu não ser necessário mensurar tal atividade. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve

efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compoendo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mu-

tações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.

**Ronald Brewer Pereira Freire** - Diretor Técnico

**Solange Pereira da Silva Castro** - Contador - CRC 26.2509/O-3

**Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local:** Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Tição"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bittelman. **Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **ORDEM DO DIA: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos

ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o to Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R

AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Dr.ª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

**Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina:** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar Prefei-

Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R

LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

**Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV),

os auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião sobre as demonstra-**

ções contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste** em 31.12.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2014, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17.03.2015. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

**Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria:** 1) Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste**, que compreende o Balanço Patrimonial em 31.12.2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pe-

## Renttower Empreendimentos S/A

CNPJ nº 04.250.865/0001-67

Relatório da Administração

"Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à consideração de V.Sas. As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Permanecemos, outrossim, ao dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários." A Diretoria

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)			Demonstrações do Resultado Para Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)		
	2014	2013		2014	2013
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo e Patrimônio Líquido Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29.434	29.434	Fornecedores	115	115
Ativo fiscal corrente	51.442	51.442	Total do passivo circulante	115	115
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>80.876</b>	<b>80.876</b>	<b>Não Circulante</b>		
			Partes relacionadas	5.861	-
			Total do passivo não circulante	5.861	-
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital social	50.000	50.000
			Reserva legal	10.000	10.000
			Reserva de lucros	14.900	20.761
			Ações tem tesouraria	-	-
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>74.900</b>	<b>80.761</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>80.876</b>	<b>80.876</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>80.876</b>	<b>80.876</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		2014	2013		2014	2013
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	50.000	10.000	21.762	81.762	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.001)	(1.001)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.861)	(5.861)			
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	50.000	10.000	20.762	80.761	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(5.861)	(5.861)	Depreciação	(5.861)	(5.861)			
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>50.000</b>	<b>10.000</b>	<b>14.902</b>	<b>74.900</b>	Aumento (redução) dos passivos operacionais:					

**Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Sociedade tem por objetivo a locação do Imóvel situado à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 - São Paulo - Capital e investimentos de natureza financeira. A Sociedade não efetuou nenhuma operação significativa no decorrer dos anos de 2014 e 2013.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

**3. Outros Créditos**

	2014	2013
IRRF a Recuperar sobre Aplicações	4.513	4.513
IR a Recuperar Exercícios Anteriores	46.923	46.923
Antecipação de Contribuição Social	6	6
	<b>51.442</b>	<b>51.442</b>

**4. Patrimônio líquido:** 4.1. Capital Social: O capital social é de R\$ 50.000,00 e está representado por 219.750 ações sem valor nominal. 4.2. Reserva Legal: Constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado em cada exercício social nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404 / 76 até o limite de 20% do Capital Social.

David Bunce - Diretor Presidente  
Eduarda Silveira Bueno - Contadora CRC 1MG070432/O-2 S-SP